

Cleyton H. Gerhardt

*Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações
sociológicas das “novas” ruralidades -
entre o instrumental e o analítico*

Introdução

Ao menos para sociólogos rurais, parece ser já lugar-comum dizer que o uso da categoria “rural” e suas derivações (“campo”, “mundo rural”, “populações rurais” ou “ruralidades”) tem sido uma questão historicamente controversa e que traz em si um certo desconforto para aqueles que a utilizam. Ademais, por trás das areias movediças que envolvem a delimitação de “questões rurais”, encontram-se o próprio surgimento, desenvolvimento e consolidação da sociologia rural em meio às intensas transformações sociais, econômicas e culturais processa-

Cleyton H. Gerhardt é agrônomo, mestre em desenvolvimento rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural PGDR/UFRGS e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade CPDA/UFRRJ. Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no 29. Encontro Anual da Anpocs (Caxambu/MG, 2005). Cleytong@terra.com.br

das nestes últimos 150 anos.¹ Com efeito, ao fortalecer-se como área do conhecimento destinada a analisar fenômenos sociais específicos associados às peculiaridades “rurais” (as “ruralidades”) das sociedades contemporâneas, esta disciplina esteve sempre ligada a um esforço instrumental que visava interferir, explícita ou implicitamente, sobre aquilo que seus integrantes julgavam ser seu objeto de estudo. Entretanto, sabe-se que muitas tentativas de explicar ou mesmo propor “soluções” para “problemas rurais” resultaram, não poucas vezes, em consequências perversas para certos grupos sociais. Como lembrava José de Souza Martins durante *X Congresso Internacional de Sociologia Rural*, a sociologia rural, “a pretexto de se tornar uma força auxiliar da modernização e da remoção das resistências sociais à mudança, contribuiu abertamente para a violação de modos de vida e visões de mundo e de culturas tradicionais em que a pobreza, ao menos, revestia-se de padrões sociais de dignidade toleráveis” (Martins, 2000: 8).

Embora se concorde que este tipo de postura sociológica, denunciada pelo autor, tenha sido já duramente criticada ao longo do tempo, ela permanece viva na prática discursiva de muitos sociólogos rurais. Tendo isto em vista, este artigo pretende refletir sobre o caráter, ao mesmo tempo, ambíguo (operatório/analítico) e etnocentrado presente em abordagens sociológicas destes especialistas em “questões rurais”. Trata-se, portanto, de procurar explicitar alguns elementos subjacentes à-

¹ Já em 1968, um dos principais e mais renomados sociólogos rurais latino-americanos da época reconhecia que “a sociologia rural, ainda que seja parte de uma ciência, não constitui uma disciplina meramente acadêmica, mas, ao contrário, nasceu e se desenvolveu sob a pressão das necessidades e problemas suscitados pelo desenvolvimento da própria sociedade” (Solari, 1968: 4). Para uma análise crítica sobre as “contradições” existentes em muitas das proposições deste autor, ver Martins, 1981.

queles discursos intelectualizados produzidos com o intuito de distinguir realidades, populações, sistemas produtivos, lugares, modos de vida ou, ainda, representações sociais qualificadas como “rurais”.

O etnocentrismo das “urbanidades”

São comuns, no campo temático que circunscreve a sociologia rural, trabalhos comparativos, descritivos ou classificatórios cujas metodologias reivindicam o uso de variáveis ditas objetivas, sendo estas associadas à idéia de dados quantificáveis e que possam ser submetidos a verificações estatísticas. Contudo, normalmente estas mesmas “variáveis objetivas” e “dados quantificáveis” tendem a serem coletados tendo como centro referencial algo que, supostamente, estaria “fora” de um “rural”, visto que, implicitamente ou não, os elementos distintivos selecionados são informados a partir do seu par complementar, ou seja, um “urbano”.²

Com efeito, definições de um “meio rural” têm sido historicamente propostas segundo características mais ou menos salientes (quando não, ausentes ou presentes) em um “meio urbano”, sendo algumas delas: menor densidade demográfica (aludindo-se a locais desabitados, isolados ou vazios); menor heterogeneidade e diferenciação social; baixa complexidade; fortes laços de solidariedade baseados em relações *diádicas* informais, de

² Optou-se por não adotar, neste texto, o artigo “o” quando se for referir a estas duas categorias, e, sim, o seu plural (isto é, “os”) ou, como no caso citado, o artigo indefinido “um”. Isto porque aquele tenderia a deixar implícito - isto é, tenderia a sugerir ao imaginário do leitor - a idéia de que seria possível se definir, de uma vez por todas, “O rural” e “O urbano”. Já os outros dois termos (“os” e “um”) remeteriam, respectivamente, a uma pluralidade de significados sobre o par “rural-urbano” ou, no mínimo, a uma indefinição relativa acerca dos sentidos que lhes deveriam ser atribuídos.

reciprocidade e de interconhecimento; menor mobilidade social; menor possibilidade de acessar ou produzir inovações tecnológicas; menor capacidade de responder (ou maior resistência) a estas inovações; maior dependência das características ambientais; prevalência da natureza sobre a cultura; maior autonomia perante a sociedade global; necessidade de mediadores sociais encarregados de fazer pontes com o mundo exterior; sem contar o uso de adjetivos com forte conotação depreciativa e/ou desqualificadora (remetendo-se, por exemplo, “meio rural” a um ambiente “atrasado”, onde vivem pessoas “rústicas”, “arredias” e “conservadoras”).

Um exemplo emblemático desta característica (de se extrair distinções a partir de um “mundo urbano”) pode ser apresentado pelas afirmações iniciais extraídas de um livro que tem servido como referência quase que obrigatória àqueles que pretendem estudar “o novo rural brasileiro”. Lançado no final da década de 1990 e já bastante conhecido dentro do âmbito das disciplinas de sociologia e economia rural, lê-se neste estudo que

está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continnum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, do outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (Graziano da Silva, 1999: 1).

Em primeiro lugar, nota-se que o autor visa reeditar a aposta na idéia, já clássica, de um *continnum* “rural-urbano”, ou seja, de

que haveria uma gradação separando dois mundos ontologicamente distintos os quais, todavia, existiriam apenas como tipos ideais. Entretanto, não deixa de ser significativo que a tentativa de interpretar as recentes transformações naquilo que o autor chama de “*continuum* do urbano” seja feita tomando-se como parâmetro comparativo antigas e arraigadas concepções sobre características supostamente definidoras de um “rural”. Começando pelo fato de que, para falar do “novo rural brasileiro” (visto como um campo que “se urbanizou” através da “industrialização da agricultura”), precisa-se acionar o “velho rural brasileiro”, associando-o às atividades primárias (agricultura e pecuária) mais tradicionais ou, por inferência, às práticas agrícolas ainda não industrializadas.³

Contudo, além da reapropriação do passado teórico-metodológico subjacente à história da constituição da sociologia rural como disciplina, esta pequena passagem explicita bem o peso de um tipo de visão que, como previne Sarraceno (1996: 2), revela “um vício conceitual na identificação do rural que diferencia o espaço de maneira não neutra”. Constatações como aquelas do trecho destacado tendem a reproduzir um tipo de olhar que vê as “ruralidades” como uma anormalidade a ser ultrapassada por uma suposta “urbanização do meio rural brasileiro” operada pela “industrialização do campo” e pelo “transbordamento do mundo urbano naquele espaço”. Repare-se que, por mais que se diga que “as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária”, está implícito, nas afirmações do autor, um processo, um movimento com um sentido bem claro e definido. Afinal, são características identificadas como

³ Este artifício, utilizado também por outros analistas, de contrapor o “velho” com o “novo” como forma de legitimar interpretações sociológicas inovadoras, será abordado no próximo item.

“urbanas” que estariam “transbordando”, isto é, se expandindo, se estendendo e, com isso, tendendo a eliminar – ou, no mínimo, atenuar a importância das – características “rurais”; e não o contrário. Além do mais, mesmo reconhecendo que “as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial”, seria muito difícil sustentar que elas estariam sendo invadidas por atividades agrícolas, ou seja, que elas estariam passando por um processo de “agriculturização”.

Resgatando críticas feitas por Martins (1986) sobre interpretações baseadas na idéia de *continuum* “rural-urbano”, vê-se que tal proposição surgiu como alternativa (“raptada”, segundo o autor, “ideologicamente”) a ser contraposta a uma outra idéia, igualmente antiga, que colocava ênfase na polarização entre “rural” e “urbano” (Sorokin, Zimmerman e Galpin, 1986). Contudo, como explica Martins (1986: 28), ambas as perspectivas continuaram a adotar como referência a oposição “rural-urbano”, ou seja, as duas mantiveram entre si a relação de necessidade ditada pelas características diferenciais que “retêm, de qualquer maneira, a polarização rural/urbano”. Além disso, alerta que “a mudança nesses termos é mudança no sentido da superação da polarização rural-urbano através da urbanização do rural” (idem: 34); continuando este processo a ser percebido e interpretado “a partir da expansão da dominação do urbano sobre o rural, na medida em que o conhecimento científico está fundado no mundo urbano e na expansão das cidades” (idem: 25). Ora, o efeito prático mais imediato desta operação acaba sendo a identificação de um “mundo rural” em permanente crise, o que, por sua vez, leva a pensar que este último tenderia, invariavelmente, a ser engolido por um outro “mundo urbano”.

Obviamente, não se pretende desqualificar ou negar contribuições que pesquisas como o *Projeto Rurbano* podem proporcionar no sentido de ampliar a compreensão e o estudo sobre as “ruralidades”, visto ser este projeto uma das mais audaciosas tenta-

tivas de caracterizar um “rural brasileiro” e suas transformações ao longo dos últimos 25 anos.⁴ No entanto, não se pode deixar de chamar a atenção para a armadilha de se fazer um tipo de sociologia instrumentalizada que acaba reforçando representações hegemonicamente disseminadas e naturalizadas no imaginário social, ou, ainda, para o risco de se reproduzir visões etnocentradas, as quais, muito facilmente, podem desdobrar-se para um evolucionismo ou, no mínimo, um determinismo simplificador da realidade social.

Veja-se o caso da frase que sugere que estaria em curso um “transbordamento do mundo urbano naquele espaço”, ou seja, em um “rural”. Ora, visto que relações de dominação implicam jogo de forças (pois o poder total jamais poderá ser exercido em toda sua plenitude) e mesmo porque um “urbano” só pode ser identificado concretamente por meio da inferência ao seu par antagônico – o qual informa aquilo que ele não é –, se se aceitasse, sem discussão, que este “transbordamento” estaria ocorrendo de fato, seria no mínimo lícito imaginar, em contrapartida, a existência de um movimento contrário. Possibilidade esta que poderia seduzir outro sociólogo rural a tentar buscar variáveis, dados e elementos quantificáveis que permitissem identificar e medir este mesmo movimento (por exemplo, avaliando o grau de “transbordamento de um rural sobre um urbano”). Po-

⁴ Denominado originalmente como *Caracterização do novo rural brasileiro*, este projeto de pesquisa temático, segundo seus organizadores, “visa reconstruir séries históricas a partir dos microdados das PNADs para o período de 1981-95, relativos à população ocupada, emprego e renda (...) e conta com a participação de 25 pesquisadores envolvidos em 11 diferentes estados do país dedicados, parcial ou totalmente, ao tema proposto das novas relações entre o rural e o urbano. Por sua vez, a equipe de pesquisadores vincula-se a 16 instituições de ensino e pesquisa de todo o país”.

(www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/divulg/novorural.html).

rém, note-se que, em ambos os casos, continua-se a trabalhar com a relação assimétrica estabelecida pela oposição “rural-urbano”. Parafraseando Martins (1986), mesmo ao fazer-se uso da idéia de *continnum*, o caráter problemático desta dicotomização não desaparece totalmente.

De outra parte, são também emblemáticos trabalhos que, na tentativa de diminuir o caráter reducionista contido na dualidade “rural-urbano”, propõem classificações ampliadas as quais segmentam o espaço físico em um maior número de categorias.⁵ Normalmente estes estudos, para identificarem e delimitarem realidades “rurais” e “urbanas”, consideram como critério diferenciador apenas o fator densidade demográfica (repare-se que, neste caso, associa-se um “rural” a um lugar, a um espaço físico definido). Tais estudos, porém, mesmo quando estão tentando justamente relativizar categorizações através da eleição de outros critérios diferenciadores, criam uma espécie de gradação adaptativa na qual permanecem subjacentes parâmetros etnocentros, visto que, como no caso anterior, em que se aposta no transbordamento de um mundo urbano sobre um mundo rural, estes esforços reclassificatórios não deixam de trazer embutida a carga valorativa das “urbanidades”.

Mas o que aconteceria com a ênfase no “grau de isolamento” de duas localidades espacialmente bem distantes se o fator densidade demográfica fosse relativizado como critério diferenciador? Ora, provavelmente um indivíduo que viva e trabalhe no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro, pensaria que os habitantes que moram na “zona rural” do município de Pão de Açúcar,

⁵ Entre outras, por exemplo, através de propostas de separação entre “rural profundo”, “rural relativamente urbano”, áreas “urbanas-urbanizadas” e áreas “urbanas-isoladas” ou, ainda, como propunha a OCDE (1996 *apud* Veiga, 2002: 60), entre áreas “essencialmente rurais”, “relativamente rurais” e “essencialmente urbanas”.

Acre, encontram-se bastante distantes das experiências, das informações e das comodidades as quais ele tem condições de desfrutar. Afinal, pensaria ele: “eles vivem praticamente *isolados* do mundo!”⁶ Porém, não seria pertinente considerar a possibilidade de que, para estes últimos, os cariocas é que estariam *isolados*, visto não terem acesso ao seu mundo particular, ou melhor, à realidade cotidiana de suas relações, vivências, experiências e conhecimentos? Aqui, poder-se-ia argumentar que se encontra já previamente arraigada no imaginário coletivo a idéia de que tudo o que há de importante vem da região Sudeste. Além disso, por conta do Rio de Janeiro ter sido, durante muito tempo, capital do país e de ser, ainda hoje, considerada uma das principais referências culturais em termos de “brasiliidade”, provavelmente os acreanos perceberiam, muito mais do que os cariocas, que lhes faltariam certas coisas as quais estes últimos teriam possibilidade de acessar.⁷

Acontece que essa situação não garante que, no cotidiano de suas práticas diárias, tais representações dominantes não possam estar sendo constantemente questionadas pelos moradores de Pão de Açúcar (chamando-se a atenção para certas “coisas negativas da cidade grande”, como a violência e a impessoalidade, por exemplo) ou, até mesmo, utilizadas como forma de

⁶ Embora se referindo a um outro “lugar isolado”, esta mesma frase foi dita por um carioca, amigo do autor, à época em que este escrevia o presente artigo.

⁷ Sobre esta condição privilegiada, Hermano Vianna (2004: 13-14) – antropólogo nascido no Nordeste, mas que hoje vive e trabalha no Rio de Janeiro –, constata que “esta cidade ocupou durante muito tempo (talvez ainda ocupe...) um lugar absolutamente central no simbolismo da unidade nacional brasileira (...). Por ter vivido tanto tempo na periferia desse ‘centro nacional’, sei reconhecer a importância simbólica e a atração referencial irresistível (mesmo que se concretize como repúdio) que o Rio exerce naqueles que querem se pensar como brasileiros”.

estigmatizar negativamente os cariocas (através de adjetivações como “malandro”, “boa vida”, “folgado” e “sem-vergonha”).⁸ Além disso, neste caso específico, ainda que a *periferia* acabe sendo associada, pelos próprios acreanos, com o município de Pão de Açúcar e o *centro* com o Rio de Janeiro, a aceitação tácita desta representação não decorre de evidências ontológicas e absolutas, nem mesmo de dados empíricos descomprometidos retirados de realidades (sociais ou físicas) acabadas e exteriores à compreensão humana. Afinal, como se costuma dizer nas ciências sociais, em alguma medida este reconhecimento e este simbolismo precisaram ser socialmente construídos ao longo da história.

Em síntese, o exemplo citado mostra o quanto parâmetros utilizados para classificar realidades sociais e/ou espaciais diferenciadas em termos meramente demográficos são devedores de valores culturais não necessariamente compartilhados por aqueles que nelas vivem. Ainda que se possa concordar com Veiga (2002: 63) quando este afirma que o “Brasil é menos urbano do que se calcula”, pois a “metodologia oficial de cálculo do ‘grau de urbanização’ no país está obsoleta”, não se pode negar, também, que tal afirmação deixa de considerar em relação a quem, a que idéias, a que representações e a que novos parâmetros, tidos como “mais avançados”, segundo o autor, o Brasil seria menos “urbano”. Enfim, alguém poderia perguntar: a quais referências, critérios, pressupostos, instituições, agentes e interlocutores se estaria aludindo quando se questionam metodologias oficiais encarregadas de medir o “grau de urbaniza-

⁸ Como no caso da referência àqueles que viveriam “*isolados do mundo*”, estas rotulações não saíram simplesmente da cabeça do autor, sendo também coletadas de conversas informais mantidas com pessoas naturais do Acre, São Paulo e Rio Grande do Sul, mas que vivem hoje na cidade do Rio de Janeiro.

ção” do país? Somos “obsoletos” em relação a quais outras formas de aferição?

Já outras tentativas de ultrapassar o uso problemático da categoria “rural” centram-se na busca de determinados “indicadores” os quais permitiriam criar *tipologias* e *tipificações*.⁹ Muitos dos autores que investem nestes estudos, por vezes bastante criativos, mostram-se mais abertos às abordagens multidisciplinares, podendo incluir, dependendo dos objetivos e dos especialistas envolvidos, indicadores variados que vão desde aqueles estritamente econômicos, produtivos e geográficos até outros ligados a fatores socioculturais, ambientais, religiosos, familiares e morais. De fato, este tipo de abordagem, ao ampliar o leque de elementos a serem analisados (além de enfrentar, por vezes, a sempre problemática questão da “participação” dos nativos), ao menos em princípio, tende a resultar em leituras menos dogmáticas e herméticas sobre realidades “rurais”.

Contudo, isto, por si só, não garante nem uma assepsia interpretativa nem um certificado anti-etnocêntrico. Da mesma forma, não elimina o risco – sobretudo nos casos em que se propõem recortes muito rígidos – de que se acabe desconsiderando a capacidade auto-explicativa que o próprio “objeto” a ser ana-

⁹ Neste caso, são particularmente representativas “abordagens sistêmicas” originalmente inspiradas, na sua maioria, na *Teoria general de los sistemas* (Bertalanffy, 1993). Ao pretender estudar o que chamam de “fenômenos complexos” em realidades específicas bem definidas, aqueles que adotam este tipo de aparato metodológico visam analisar, através de *diagnósticos*, a situação das “unidades de produção” mantidas por agentes sociais diferenciados. Utilizando-se, como ferramentas analíticas, de conceitos como “sistemas agrários”, “sistemas produtivos”, “sistemas de cultivo” e “sistemas de criação”, normalmente estes estudos constroem suas tipologias buscando algum tipo de “participação” daqueles que vivem nestas unidades. Para uma introdução à análise sistêmica, ver Santos (1994).

lisado possui e o caráter não automático das possíveis ações dos agentes envolvidos durante e após o levantamento dos dados usados nestas pesquisas. Não poucas vezes, pesquisadores, ao elegerem critérios generalizantes e distintivos *a priori* (muitas vezes maquiados pela alegação de que estariam adotando “abordagens participativas”), terminam eliminando da cena interpretativa aqueles agentes previamente vistos ou que se vêem a si mesmos como mantendo algum vínculo com um “rural”. Repare-se que tais tipificações, quando assumem o *status* de “científicas” e adquirem, junto às esferas públicas, maior legitimidade social, terminam confinando a uma espécie de discurso de segunda classe a criatividade que grupos sociais subalternos também possuem de perceber, interpretar, representar e, é claro, tipificar.¹⁰ Aliás, um trabalho cientificamente relevante poderia ser tentar identificar, após a realização de uma destas “tipologias participativas”, quais “indicadores” (ou seja, quais elementos de distinção) estariam sendo usados pelos próprios nativos que dela “participaram” para classificar e rotular entrevistadores e pesquisadores.

Aqui, a alusão a um caso concreto talvez ajude a esclarecer este aspecto. Considere-se um trabalho intitulado *Caracterização do meio rural do município de Maquiné - RS: subsídios para um desenvolvimento rural sustentável* (Gerhardt et al., 2000).¹¹ Neste estudo de caso, foram usados indicadores heterogêneos destinados à montagem de uma tipologia dos sistemas produtivos do município de Maquiné, sendo ao final, identificados 11 tipos dife-

¹⁰ Para uma análise crítica sobre as possibilidades das “análises sistêmicas” nas ciências sociais e sobre o tema da “participação” dos agricultores em pesquisas científicas, ver, respectivamente, Sardan (1994) e Guivant (1997).

¹¹ O autor do presente artigo fez parte do grupo multidisciplinar que então se formou, tendo participado da pesquisa desde seu planejamento e execução até sua conclusão e redação final.

rentes designados, respectivamente, por uma nomenclatura que ia do *Tipo I* ao *Tipo XI*.¹² Ora, de saída, poder-se-ia questionar de onde vieram, como foram pensados e quem propôs os critérios que definiram os indicadores adotados. Como e quem montou, aplicou e interpretou o questionário ou roteiro de entrevistas feitas pelos pesquisadores junto à população local?

Ainda que construídas a partir de indicadores objetivos e critérios rigorosamente selecionados, não poucas vezes descrições generalizantes como estas ajudam a reificar certos “tipos ideais” os quais passam a ser percebidos como se existissem concretamente. Na pesquisa em questão, por exemplo, sob o pretexto de identificar e descrever diferentes “grupos de agricultores” através da caracterização dos seus diferentes “sistemas produtivos”, alguns dos “tipos” identificados acabaram ganhado vida própria, passando a ser usados como categorias classificatórias por muitos destes agentes. Com efeito, este parece ser outro resultado prático destas tipologias, a saber, o fato de que muitas vezes não são somente seus idealizadores que passam a aceitá-las como “reais” ou “verdadeiras”, mas, também, órgãos governamentais incumbidos de propor políticas públicas e, até mesmo, os próprios grupos sociais que foram tipificados. Daí a vê-los como algo que existe em si mesmo e que independe daqueles que assim os nomearam, descreveram e interpretaram, é um passo.

¹² Segundo consta no referido trabalho, os indicadores usados foram: superfície total da propriedade; área total utilizada com atividades agropecuárias; quantidade de unidades de trabalho humano familiar; quantidade de unidades de trabalho humano externo; relevo predominante; atividades agrícolas desenvolvidas; equipamentos disponíveis; tipo de comercialização da produção agrícola; rendas extra-agrícolas; nível de escolaridade e faixa etária do entrevistado; condições de higiene (com ou sem fossa séptica) (Gerhardt et al., 2000: 10).

Avançando sobre essa questão, repare-se que, além de atuarem diretamente na construção de identidades sociais diferenciadas (o caso da consolidação da categoria “agricultores familiares” é exemplo típico), representações sociais contidas em trabalhos de sociólogos rurais sobre “o meio rural”, “os rurais” ou “as ruralidades” contribuem para o processo de invenção e ressignificação da própria realidade que eles pretendem interpretar. Sobre este aspecto, Giddens, ao falar da reflexividade das aferições produzidas por cientistas sociais e que, posteriormente, passam a ser utilizadas por agências governamentais, chama a atenção para o fato de que “as estatísticas oficiais não são apenas características analíticas da atividade social, mas entram de novo constitutivamente no universo social do qual foram tiradas (...). A acumulação de estatísticas oficiais é em si um esforço reflexivo, permeado pelas próprias descobertas das ciências sociais que as utilizam” (Giddens, 1991: 48).

Além disso, mesmo que uma eventual tipificação de realidades “rurais” venha a ser feita com o máximo rigor metodológico ou, ainda, que utilize abordagens ditas “participativas”, “dialógicas” ou que vise incluir, de alguma forma, os nativos como atores ativos no processo de elaboração de conhecimentos científicos, nada impede que, posteriormente à sua realização, outros agentes e grupos sociais façam usos diferenciados dos dados e resultados obtidos. Quer dizer, ao apropriarem-se deste tipo de aferição, estes últimos estarão retrabalhando, reformatando e hibridizando seus conteúdos a partir de um conjunto de conhecimentos já adquiridos e de experiências por eles já vivenciadas. Veja-se o caso da pesquisa (Gerhardt et al., 2000) citada anteriormente. Após a publicação da versão final do trabalho, em meio à frieza das informações, números e análises estatísticas que resultaram da *Tipologia dos sistemas de produção postos em prática pelos agricultores da microbacia de Maquiné*, as poucas reuniões públicas realizadas com o objetivo de debater seus resul-

tados com a população local desencadearam conseqüências que fugiam ao controle dos idealizadores originais.¹³ Assim, com o tempo, alguns integrantes da equipe multidisciplinar (composta por sociólogos, economistas, agrônomos, biólogos, arquitetos e geógrafos) que havia realizado a pesquisa foram percebendo que, quando outros agentes potencialmente interessados, por diferentes caminhos, a acessavam ou simplesmente tomavam conhecimento da sua existência, gerava-se um ambiente interpretativo controverso.

Neste momento, alguém poderia sugerir que tais dificuldades poderiam ser superadas ou, no mínimo, minimizadas se se aumentasse, por exemplo, o número de indicadores. Já outro leitor, se colocando no extremo oposto do problema, advertiria que a única saída seria apostar em um relativismo extremo onde toda e qualquer representação de um “rural” teria o mesmo peso (como em certas perspectivas pós-modernas ou desconstrutivistas). Ocorre que, embora pareçam soluções atraentes, um inconveniente surge do fato de que este tipo de artifício tende a reduzir (no primeiro caso) ou, até mesmo, inviabilizar (no segundo) a possibilidade de pensar e de propor futuras ações concretas. Neste caso, cientistas sociais mais puristas argumentariam que não haveria maiores problemas, visto que “pensar e propor ações futuras” não seria papel das ciências sociais. Porém, é neste momento que não se pode deixar de re-

¹³ Entre outros objetivos, o trabalho se propunha a: “levantar dados sobre as condições sociais, econômicas e ambientais das unidades de produção (...); identificar problemas e demandas dos agricultores (...); hierarquizar fatores que condicionam a evolução dos sistemas de produção agrícolas; determinar a lógica de exploração dos recursos [naturais] (...); identificar a sustentabilidade dos sistemas produtivos através de parâmetros/indicadores econômicos, agrônômicos, sociais e ambientais; buscar alternativas social e ambientalmente apropriadas para o desenvolvimento rural (...)” (Gerhardt et al., 2000: 5).

conhecer que metodologias baseadas em tipologias não designam abordagens peremptoriamente negativas ou indesejáveis. Isso porque seus construtores, ao contrário daqueles pesquisadores que tendem a se refugiar em um mundo de controvérsias demasiadamente academicistas, arriscam-se a encarar este desafio. Além disso, se poderia alegar que mesmo aqueles textos mais descompromissados e “analíticos”, quando se tornam públicos, além de constituírem o que a lingüística chama de “atos de fala”, ou seja, discursos que produzem ações e efeitos concretos, poderão vir a ser “usados” de diferentes maneiras por outros agentes e grupos sociais. Soma-se a isto ainda o fato de que será justamente a partir dos debates sobre a pertinência analítica de tais pesquisas e dos contrastes e controvérsias gerados por essas descrições que se torna possível inventar outras sínteses. Em suma, construir tipificações implica, desde o início, uma busca por ultrapassá-las. Em boa medida, elas poderiam ser consideradas como parte do “material empírico” disponível aos próprios cientistas sociais, dado que denunciam e explicitam representações e valores sociais que estes mesmos especialistas carregam e ajudam a disseminar.¹⁴

Quando um sociólogo rural identifica e caracteriza um “rural”, caso se deseje seguir seu pensamento, precisa-se ao menos aceitar, mesmo que provisoriamente, a pertinência de suas proposições. Contudo, feito isso, ao colocar-se em dúvida, através de argumentos cientificamente convincentes, os alicerces conceituais que sustentam estas mesmas proposições, sua análise corre o risco de desmoronar perante o leitor, visto que remeter um exame crítico sobre qualquer fundamento significa correr o risco de aniquilá-lo (daí, talvez, a dificuldade daqueles que adotam abordagens baseadas em tipologias em aceitar críticas nes-

¹⁴ Vide o caso da própria análise que aqui se fez usando-se, como fonte secundária, Gerhardt et al., 2000.

te sentido). Como sentenciava Pascal, “quem quiser examinar o seu motivo acha-lo-á tão fraco e ligeiro que, se não estiver acostumado a contemplar os prodígios da imaginação humana, se surpreenderá pela circunstância de um século ter lhe valido tanta pompa e reverência” (Pascal *apud* Bourdieu, 1998: 80). De fato, quando se constata que até mesmo a validade e a relevância analítica de um dos principais fundamentos da sociologia rural, a dicotomia “rural-urbano”, podem ser colocadas em questão por um sociólogo rural, o que dizer das construções teórico-metodológicas que dela derivam?¹⁵ Ora, como outras categorias que auxiliam na configuração de uma “segurança ontológica” (Giddens, 1991) para as pessoas – ou seja, termos que garantem a estas a identificação de papéis e o reconhecimento de lugares que elas e os outros deveriam ocupar –, “rural” e “urbano” tornam-se expressões cotidianas (espécie de senso comum douto) mesmo para cientistas sociais e, particularmente, sociólogos rurais.

Sobre “novas” e “velhas” “ruralidades”

Dentro da sociologia rural, tem sido recorrente fazer-se referência aos “novos” elementos que estariam por trás, por um lado, de transformações operadas no nível das representações sociais sobre um “rural” e um “urbano” (portanto, modificações em termos de ressignificação de valores culturais)¹⁶ e, por outro, de alterações mais estruturais relativas a aspectos como atividade

¹⁵ Ainda na década de 1960, R. E. Pahl já fazia este tipo de exercício crítico: “se, de fato, não existem diferenças sociológicas fundamentais entre urbano e rural, então aqueles a quem chamam a si mesmos de sociólogos rurais podem bem duvidar das bases de sua identidade profissional” (Pahl, 1966: 299).

¹⁶ Enfatizando, sobretudo, o caso brasileiro, autores como Moreira (2005), De Paula (2001), Carneiro (2003) e Wanderley (2000) têm trabalhado com esta questão.

produtiva, nível de emprego e renda, concentração/desconcentração demográfica, migrações, envelhecimento e/ou masculinização de um “rural” etc.¹⁷ No entanto, quais as possíveis implicações decorrentes do uso do adjetivo “novo” que, cada vez mais, vem sendo acoplado à expressão “ruralidades”?

À primeira vista, como o próprio termo indica, esta expressão sugeriria o surgimento de fatos que antes não existiam ou não poderiam ser visualizados, o que levaria a se pensar que ocorreram, em determinado momento histórico, eventos que permitiram o reconhecimento de algum tipo de *ruptura*, uma cisão irreversível e já desvinculada do estado de coisas anterior. Afinal, parece razoável que “novas ruralidades” subentendam “antigas ruralidades”. Quer dizer, tal como na discussão sobre “o novo rural brasileiro”, caso se queira indicar novidades empíricas concernentes às “novas ruralidades”, precisa-se, se não descrever e caracterizar um “velho rural” (ou aquilo que parece estar deixando de ser o que é para virar um “novo rural”), ao menos aceitá-lo implicitamente como parâmetro comparativo. Ora, tal como ocorre com a dicotomia “rural-urbano”, o par “novo-velho” também alude a outro tipo de oposição fundante, visto que ambas as partes não existiriam uma sem a outra. Apesar de não mais serem privilegiadas, as dimensões *espacial* (um “rural” como um lugar), *setorial* (um “rural” como atividade produtiva) ou cultural (um “rural” como modo de vida), a dualidade permanece viva por meio de um componente temporal (um antes, um “rural antigo” contraposto com um depois, com “um novo rural”).

Uma consequência direta deste fenômeno – e que, de certa forma, evidencia concretamente a atual invenção de discursos sobre o tema das “ruralidades” – relaciona-se com o aparecimento

¹⁷ Sobre análises com estas características, vide vários trabalhos realizados próprio *Projeto Rurbano*, aqui já citado.

e uso, tanto nos textos produzidos como na fala dos autores quando estes participam de encontros, congressos e comunicações diversas, de todo um outro tipo de vocabulário e estilo linguístico. Quer dizer, junto com o processo de redirecionamento interpretativo começam a aparecer, igualmente, “novos” termos, expressões, analogias, referências, metáforas e, até mesmo, mudanças substanciais no estilo da escrita. Vistas retrospectivamente, tais modificações provavelmente seriam percebidas, senão como inexistentes, ao menos como elementos dissonantes e marginais. Além disso, espaços começam a se abrir para esta temática dentro e fora do campo de legitimação do saber científico. Exemplo: girando em torno do tema das “novas ruralidades”, “novas” linhas de pesquisa surgem em cursos de pós-graduação, “novos” laboratórios de pesquisa são criados dentro destes cursos, “novos” projetos de investigação são levados às agências financiadoras, “novos” seminários sobre o tema são realizados e “novos” grupos temáticos e de discussão em congressos passam a ser propostos.

Por outro lado, leitores mais céticos poderiam indagar se não seria este fenômeno uma tentativa de reeditar o “velho” em uma nova roupagem, de transfigurar um “rural” através de uma espécie de operação plástica efetuada nas interpretações sobre as relações sociais, econômicas e políticas postas em questão. Ocorre que visões demasiadamente niilistas como estas trazem embutido um argumento, no mínimo, problemático, centrado na impossibilidade de se falar de algo definitivamente “novo” em um “rural”, o que, por sua vez, tende a conduzir ao outro extremo da questão. Afinal, pensar o “novo” como mera reedição do “velho” – ou, ainda, que nada muda de fato – pode dar a entender que haveria uma espécie de circularidade histórica em que todos os processos sociais poderiam ser reduzidos a uma mesma essência, o que poderia, facilmente, conduzir a uma busca hercúlea, perigosa e, provavelmente, infrutífera, de

explicações que revelassem a “real natureza” de um “rural”. Não é preciso dizer que, a partir deste ponto de vista, toda sorte de determinismos e arbitrariedades teórico-conceituais poderiam estar sendo reeditados.

Se se considerar pertinente à afirmação de De Santis (2004) de que “para cada palavra que fica, muitas outras desaparecem”, poder-se-ia dizer, da mesma forma, que para cada aspecto (caráter) tido como delimitador entre um “rural” e um “urbano”, muitos outros foram/são esquecidos ou, o que é mais provável, nem sequer puderam ser imaginados, pensados e vistos como elementos diferenciadores. Além disso, para cada elemento que, eventualmente, algum cientista social pudesse apontar como constituindo uma diferença essencial (ontológica) entre “rural” e “urbano”, seria possível, da mesma forma, para um outro pesquisador, relativizar tal diferença apresentando muitas outras particularidades e similitudes compartilhadas pelas realidades sociais que ambas as categorias tentam representar. Ora, quando se pretende, por exemplo, qualificar o que seria “novo” nos processos que envolvem as ditas “ruralidades” contemporâneas, não continuaria sendo necessário apresentar tal discussão, bem como os argumentos correspondentes, com base em algum tipo de “fundamento” conceitual, em alguma medida já pré-elaborado (como no caso da idéia de *continnum*, por exemplo)? Além disso, mesmo quando a delimitação das “novidades” ou, ainda, das “novas” distinções entre “rural” e “urbano” venha ancorada em bases empíricas precisas (aludindo a um espaço físico definido, a um setor da economia ou a um grupo social específico), ainda assim não ficaria a questão de quem, quando e como foram escolhidos e construídos estas mesmas “bases” empíricas e, logicamente, os fundamentos teóricos subjacentes?

Em síntese, o argumento defendido aqui se centra basicamente no fato de que qualquer que seja a situação ou processo anali-

sado, diagnosticar mudanças significativas ou o surgimento de elementos de *descontinuidade* inexistentes ou ainda não reconhecidos não elimina a possibilidade de se identificar determinadas *permanências* marcantes. E isso, sem associar estas últimas a uma espécie de resquício do passado, a algo que, conforme um pensamento neopositivista recorrente, só não desapareceu por capricho da história ou devido à teimosia de certos grupos retardatários. Independentemente do que seja visto como “novo” ou “velho”, a delimitação de diferentes “ruralidades”, ao se incorporar como prática cotidiana na forma como os agentes pensam e atuam no mundo social, traz, como percebeu Moreira (2005: 17) para o caso da constituição de identidades sociais nas sociedades contemporâneas, “tudo aquilo que foi, criou e se tornou, bem como tudo aquilo que incorporou da sociedade, consciente ou inconscientemente”.

Da mesma forma, também para os sociólogos rurais, as diferentes interpretações que venham a ser propostas carregam consigo tanto as possibilidades de reconstrução de um *passado* (sempre idealizado e presentificado) como a necessidade, inerente a condição humana, de invenção de um *futuro*. Constatação esta que, de certa forma, leva a uma aproximação com a idéia de *mimesis* tal como sugerida por De Paula em sua análise sobre o *country brasileiro*, visto que transformações envolvendo as “ruralidades” poderiam ser interpretadas como fenômenos que, ao mesmo tempo, “contêm elementos transformadores e mesmo deformadores em relação àquilo que [se] toma como ponto de partida” (De Paula, 2001: 36). Neste sentido, talvez fosse mais prudente se falar não em um “novo rural” ou em “novas ruralidades”, mas, sim, em “outras ruralidades” e “outros rurais”.

De outra parte, tentar legitimar a idéia de “novas ruralidades” implica, necessariamente, uma disputa permanente (mais ou menos comprometida e consciente) por dizer e fazer um “novo rural”. Quer dizer, neste debate encontra-se em jogo, além da

tentativa de compreender questões e processos sociais tidos como “rurais”, a própria ressignificação destes últimos. E isto significa que, no caso da tentativa de identificação de “novas ruralidades”, não se trata apenas de identificar, observar, comunicar, explicar ou compreender supostas “novidades”, já que também está em questão o fato de que agentes sociais específicos (sociólogos rurais) estarão envolvidos, através da interferência e da participação em diferentes esferas de legitimação (portanto, não somente restritas ao campo científico), em uma luta por fazer reconhecer discursos de autoridade.

Embora proposições possam estar contribuindo para que alternativas epistemológicas menos dogmáticas sejam geradas, este empreendimento não deixa de ser, igualmente, um esforço coletivo (embora controverso) de construção de outras categorias designativas, conceitos, metodologias e referenciais teóricos. Porém este mesmo esforço, como prática sociológica legítima, pode perfeitamente ser direcionado no sentido de tentar reinventar o próprio aparato conceitual já disponível, preexistente e tradicionalmente utilizado pelos cientistas sociais. Neste último caso, trata-se, antes de simplesmente refutar ou abdicar de certos termos em favor de outros (como quando se pretende, por exemplo, rotular agricultores como “pluriativos”, “familiares”, “*part-time*” e assim por diante), de apostar na possibilidade de, criativamente, dar-lhes outros significados e usos analíticos.

Quando Wanderley (2000: 90) lança “a hipótese de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade”, ao mesmo tempo em que se está aqui diante de uma postura analítica que pretende dar conta de entender, ao menos em parte, as transformações por que estaria passando este mesmo “mundo rural”, vê-se, também, como tese (afinal, a au-

tora, prudentemente, a assume como hipótese) a pretensão legítima de delimitar a “emergência de uma nova ruralidade” com base na pertinência do “recorte rural-urbano”. Quer dizer, reconhecer que a dualidade “rural-urbano” tem seus limites heurísticos e um caráter inerentemente problemático do ponto de vista epistemológico não significa que seja necessário, simplesmente, jogá-la fora. Ademais, ao proceder desta maneira, inevitavelmente, outras abordagens igualmente problemáticas e controversas viriam a ser criadas.

Sociologia rural e concorrência discursiva sobre “ruralidades”

Parte da aceitação, nas ciências sociais, de que as categorias “rural” e “urbano” podem ser analiticamente pertinentes tem relação direta com concepções teóricas (normalmente identificadas com algum tipo de *construtivismo*) que vêem ambas como noções abertas, relacionais e interdependentes, isto é, que se definem uma em relação à outra de acordo com processos históricos, com os contextos macro e micro envolvidos e com as possibilidades mentais de aquisição de conhecimentos disponíveis àqueles que pretendem observar tais relações. O que causa confusão, no entanto, é que, em determinados momentos, devido à necessidade intrínseca de classificar a realidade perceptível, representações sobre um “rural” passam a serem tratadas como se estivessem inscritas desde sempre na realidade social. O que costuma ocorrer, nestes casos, refere-se a um fenômeno peculiar aos processos comunicativos em geral: o fato de “que por trás dos substantivos que empregamos consideramos automaticamente que haja substâncias, coisas bem visíveis e tangíveis” (Elias, 1981 *apud* Corcuff, 2001: 36). E, tal como no caso de outras dualidades, este mecanismo faz com que se proceda como se “rural” e “urbano” fossem duas entidades ontologicamente diferentes ou, como brinca Corcuff, “como se se tratasse

de uma mesa e uma cadeira”.¹⁸ De fato, talvez esta seja uma das razões que levaram um autor como Pahl a escrever, ainda durante a década de 1960, que “em um contexto sociológico os termos rural e urbano estão mais marcados por suas habilidades de confundir do que pelo seu poder de explicar” (Pahl, 1966: 299).

Por outro lado, esta mesma tendência não deixa de funcionar como um constante desafio sociológico, visto que implica uma necessidade permanente de se tentar ultrapassar tais naturalizações. Assim, dependendo de como se estará dando a objetivação de significados construídos sobre as “ruralidades” por dentro das ciências sociais, instala-se uma espécie de concorrência hermenêutica; ou seja, as eventuais traduções que cientistas sociais fazem sobre um “rural” estarão sendo forjadas de acordo com ambigüidades acionadas por interpretações concorrentes, mas que se complementam. Como resultado, esta tautologia explicativa (mesmo que extremamente controversa) ajuda a produzir uma espécie de senso comum douto sobre as “ruralidades”. Idéias genéricas, difusas e fragmentadas que a categoria “rural” assume fora do campo de produção das ciências sociais, ao serem apropriadas de forma sistemática e intencionalmente refletida por cientistas sociais, passam a adquirir significados bem definidos e, pelo menos provisoriamente, analiticamente pertinentes. Além disso, como um “rural” passa a ser encarado como uma totalidade mais ou menos identificável, torna-se possível especular acerca dos elementos que comporiam e/ou organizariam esta mesma totalidade.

Embora possa ser algo controvertido, nesta disputa hermenêutica o uso da categoria “rural” subentende uma constante repe-

¹⁸ Situação esta que se repete no caso de outras oposições semelhantes ao par “rural-urbano”, tais como: “campo x cidade”, “agricultura x indústria” e “local x global”.

tição designativa, valorativa, classificatória ou, em alguns casos, operacionalizável de argumentos, de autores, de correntes teóricas, de métodos e metodologias de análise. Como já demonstrado por Latour (2000), em um texto científico, a opção por um e não por outro “método”, a referência a tal autor e não a outro, a citação deste e não daquele estudo de caso, a alusão a esta e não àquela abordagem teórica, mais do que somente situar (e, de certa forma, distinguir) seu autor em relação aos seus pares, funciona como estratégia de legitimação do próprio texto e, evidentemente, dos argumentos nele contidos. Todavia, como tais argumentos, no caso das ciências humanas, “não dependem de um resultado explicativo imediato para serem considerados científicos” e, mais do que isso, na medida em que “é possível acumular conhecimentos sobre o mundo a partir de pontos de vista diferentes e em competição” (Alexander, 1987: 6), a permanente reinvenção da categoria “rural” pelos cientistas sociais se dá por meio de uma permanente disputa pelo seu uso legítimo.

Neste sentido, para a sociologia rural, o próprio estado de permanente controvérsia epistêmica sobre a pertinência dos potenciais usos analíticos e explicativos da categoria “rural” contribui para produzir o que se chamou aqui de senso comum douto. Através das controvérsias mantidas por sociólogos rurais criam-se questões sociologicamente relevantes (por exemplo, “pluriatividade”, “masculinização-feminilização do meio rural”, “envelhecimento no campo”, “reforma agrária”, “multifuncionalidade”, “neo-rurais”, “êxodo rural” etc.) ao mesmo tempo que outras o deixam de ser (por exemplo, o fim das intermináveis discussões sobre o caráter capitalista ou feudal das “relações sociais e de produção no campo”). A partir do esforço destes especialistas em propor, debater e delimitar problemas por eles vistos como concernentes às “ruralidades”, institui-se uma concorrência por elevar um rol de temáticas à condição de

problemas que apresentem um caráter sociológico pertinente e que, por conseguinte, deveriam vir a ser motivo de investigação sistemática.

Ocorre que este debate realiza-se através do confronto de argumentos diferenciados e do uso de proposições submetidas às mais diversas controvérsias interpretativas. O que faz com que o campo de produção de conhecimentos, por exemplo, sobre os “atuais processos de transformação do mundo rural” (bem como sobre a delimitação, caráter e amplitude destas transformações) ou sobre “o surgimento de novas ruralidades” e de um “novo rural” subentenda a interlocução permanente entre pesquisadores que, neste processo, adquiriram uma certa autoridade socialmente reconhecida para falar sobre estes mesmos temas. Como salienta Martins (1986: 12), “(...) o rural é parte de uma forma de construção social da realidade, ainda que no âmbito do chamado conhecimento sociológico”. Claro que uma tal legitimação deverá se realizar (isto é, terá efeito prático), sobretudo, dentro dos limites que circunscrevem o campo de reconhecimento construído em torno das disciplinas que se ocupam com estes temas, bem como segundo os espaços legítimos disponíveis (por exemplo: congressos, encontros, publicações, núcleos institucionais montados dentro ou entre universidades e nos programas de pós-graduação, delimitação de linhas de pesquisa que passam a poder reivindicar financiamentos públicos para suas investigações e investigadores, entre outros) - o que não quer dizer, por outro lado, que os conhecimentos produzidos não terão efeito para além destes espaços, muito pelo contrário.

Ambivalência sociológica de um “rural”: a sociologia rural entre o normativo e o analítico

Sociólogos rurais, quando coletam informações ditas objetivas, recortam objetos empíricos ou identificam relações, processos e

fatos concretos que supostamente estariam vinculados a um “rural” ou às “ruralidades”, não estarão construindo suas análises sem que algum tipo de mediação venha a ser feita. Assim, ainda que informações, objetos, relações, processos e fatos qualificados como “rurais” ou “urbanos” não configurem meras fantasias ou abstrações mentais imaginadas por esses últimos; em alguma medida, distinções precisam ser inventadas – ou melhor, socialmente construídas – segundo representações sociais as quais, em diferentes épocas e lugares, cristalizam-se na forma de percepções e práticas sociais.

No campo das ciências sociais, esta materialização se dá, sobretudo, por intermédio do uso corrente de conceitos e categorias de análise adotadas em pesquisas, trabalhos e diálogos acadêmicos, além, é claro, de se efetivar através das inúmeras controvérsias interpretativas sustentadas pelos cientistas sociais. Já por outro lado, tais conceitos, categorias e controvérsias explicitam realidades presentificadas, ao mesmo tempo: em realidades empiricamente observáveis; em eventos cognitivamente percebíveis; nos modos de pensamento objetivados através dos discursos e das narrativas de interlocutores diversos; e, igualmente, nos próprios embates de idéias, isto é, no campo da ação política de agentes socialmente diferenciados.

No caso das “ruralidades”, Carneiro, baseando-se em Mormont (1989), salienta que “as propriedades do rural são possibilidades simbólicas, mas também possibilidades práticas. Elas orientam práticas sociais sobre determinado espaço de acordo com os significados simbólicos que lhes são atribuídos (...)” (Carneiro, 2005: 9). Portanto, a contínua resignificação da categoria “rural” não se encontra restrita à esfera das idéias, mas se efetiva em ações que se tornam cotidianas e passíveis de apropriação pelos agentes e grupos sociais em geral, mas, igualmente, por aqueles especialistas vindos do campo científico. Baseando-se nesta constatação, lança-se aqui a tese de que, no caso das

“ruralidades”, a produção de conhecimentos científicos implica um duplo movimento intimamente ligado ao fazer cotidiano dos sociólogos rurais: por um lado, há a necessidade de se adotar uma perspectiva teórica formal cujas ferramentas analíticas decorrentes permitam interpretar transformações e processos sociais específicos relacionados, de alguma forma, com um “rural”; por outro lado, a construção do aparato heurístico a ser utilizado requer um esforço empírico que permita se “aproximar”, o máximo possível, dos elementos que estariam condicionando estas mesmas transformações e processos.

Deste modo, e caso se aceite a procedência deste duplo movimento, mesmo reconhecendo que a identificação de “novas ruralidades” esteja vinculada a um movimento global de resignificação das distinções tradicionais entre um “rural” e um “urbano” (Moreira, 2005), os debates e as pesquisas geradas no âmbito desta disciplina não deixariam de apresentar um caráter ambivalente. Dito de uma forma direta, especialistas desta área do conhecimento estariam tendo que lidar, ao mesmo tempo, com aspectos analíticos e operatórios (Mormont, 1989 e Rémy, 1989). Sobre este aspecto, Carneiro reforça a idéia de que as categorias “rural” e “urbano”

são termos que servem tanto aos pesquisadores e à academia, como definidores de objeto de estudo e especialidades disciplinares, quanto às agências elaboradoras de estatísticas, que recortam a realidade a partir de uma apreensão de dados sustentada no princípio da dualidade, como também serve ao senso comum. Dessa ampla possibilidade de emprego resulta a confusão de significados e de estatuto de categorias que ora designam um tipo de espaço, tal como aparecem no discurso do senso comum, ora qualificam as relações sociais no interior desses espaços (Carneiro, 2005: 9).

A autora ressalta que cientistas sociais preocupados com “questões rurais” tenderiam a utilizar suas categorias ora como instrumento de análise e de interpretação de problemas de pesqui-

sa, ora como forma de operacionalizar e instrumentalizar conceitos, apresentar e propor sugestões normativas, contribuir com a elaboração de políticas públicas ou mesmo propor ações concretas explícitas. No caso específico da sociologia rural, mesmo que sinais valorativos possam vir a estar sendo invertidos (com o atrasado virando moderno e os rústicos tornando-se sábios) ou, ainda, que se desloque o foco analítico (para a agricultura, desenvolvimento rural, neo-rurais, multifuncionalidades e pluriatividades), o que seria visto atualmente como “novas ruralidades” não deixaria de estar sendo influenciado por este duplo caráter analítico-operatório.

De fato, esta característica mantém forte relação com um fenômeno ao qual Giddens chamou de “dupla hermenêutica das ciências sociais”:

o desenvolvimento do conhecimento sociológico é parasítico dos conceitos dos leigos agentes; por outro lado, noções cunhadas nas metalinguagens das ciências sociais retornam rotineiramente ao universo das ações onde foram inicialmente formuladas para descrevê-lo ou explicá-lo (...). O conhecimento sociológico espirala dentro e fora do universo da vida social, reconstruindo tanto este universo como a si mesmo como uma parte integral deste processo (Giddens, 1991: 24).

Ora, percebe-se que, também no caso das categorias “rural” e “urbano”, esta peculiaridade “parasítica” do conhecimento sociológico acha-se presente. Como elas não são de uso exclusivo dos pesquisadores, por mais que se busque a eliminação de vieses provenientes da pluralidade hermenêutica que povoa o universo do senso comum – como chama atenção Carneiro –, tanto construções teóricas mais elaboradas como diferentes caminhos metodológicos escolhidos continuarão sendo, em parte, devedores da “criatividade” deste mesmo senso comum e vice-versa. Em síntese, quer uma categoria provenha, originalmente, do próprio objeto de estudo dos sociólogos rurais, quer ela seja inventada por estes últimos para dar conta deste mesmo objeto

de estudo, ambos (cientistas sociais e não-cientistas sociais ou peritos e leigos em temas e questões “rurais”) acham-se intimamente atravessados uns pelos outros.

Como já é de praxe se dizer nas ciências humanas, os seus “objetos” “são, ao mesmo tempo, 'sujeitos' que têm representações de sua vida em sociedade. [Ademais,] os próprios pesquisadores fazem parte de seu objeto de estudo” (Corcuff, 2001: 34). No caso dos sociólogos rurais e suas pesquisas, estarão se confundindo, se encontrando e se desencontrando, a todo instante, “objetos” e “sujeitos”. Como alerta Giddens (1991: 49-51),

o discurso da sociologia e os conceitos, teorias e descobertas das outras ciências sociais continuamente ‘circulam dentro e fora’ daquilo de que tratam. Assim fazendo, eles reestruturam reflexivamente seu objeto, ele próprio tendo aprendido a pensar sociologicamente. (...) não é uma questão de não existir um mundo social estável a ser conhecido, mas de que o conhecimento deste mundo contribui para o seu caráter instável ou mutável (...). O conhecimento reivindicado por observadores peritos (em parte e de maneiras variadas) reúne-se a seu objeto, deste modo alterando-o.

O argumento básico, neste caso, é que, ao menos em princípio – e apesar das óbvias diferenças em termos de possibilidade de acesso e de compreensão –, não haveria uma separação total e precisamente definida entre a literatura, as práticas sociais e os discursos disponíveis aos sociólogos rurais e aqueles lidos e filtrados pelos demais interessados em discutir problemas e questões “rurais”. Estas duas dimensões da realidade social não configurariam dois universos compreensivos completamente cindidos, visto que seus integrantes se entrecruzariam a todo instante.

Se assim for, este duplo movimento analítico/operatório aponta para outra característica das ciências sociais e que acaba interferindo na qualidade do trabalho intelectual desenvolvido por sociólogos rurais: o fato de que seus esforços em analisar e compreender um universo social específico acabam fornecendo ou ajudando a

Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas...

popularizar categorias classificatórias institucionais. Ora, caso se considere o movimento entre o analítico e o operatório como algo inerente ao trabalho dos sociólogos rurais, ao menos em certa medida o relativo “sucesso” de algumas expressões que designam “atores rurais” derivaria, justamente, da atuação destes profissionais e, evidentemente, da sua extensa produção acadêmica. Afinal, não é difícil encontrar, na história da sociologia rural, exemplos deste feedback e desta apropriação criativa operada por grupos e organizações sociais interessadas em “questões rurais”, bem como por instituições e órgãos governamentais encarregados de tratar e resolver tais questões.

Este parece ser o caso do uso corrente de termos como “latifundiário”, “grileiro”, “camponês”, “produtor de subsistência”, “pequeno produtor mercantil”, “trabalhador rural” e, mais recentemente, “agricultor familiar”. Como se sabe, algumas destas formas de nomear “atores rurais” acabaram ganhando dimensão nacional e, em diferentes épocas e ao menos durante um certo período, passaram a ser reconhecidas tanto como categorias sociológicas pertinentes, como expressões que faziam (e, na maioria dos casos, ainda fazem) sentido para integrantes de movimentos sociais, sindicatos, órgãos governamentais e outras instâncias representativas que mantêm alguma vinculação com um “rural”. Seja como categorias inventadas por cientistas sociais, seja como categorias raptadas dos próprios “informantes nativos”, algumas das designações citadas ganharam, com o tempo, vida própria fora dos espaços de legitimação das ciências sociais para, curiosamente, estarem permanentemente retornando e sendo retrabalhadas, rediscutidas ou descartadas pelos próprios cientistas sociais.¹⁹

¹⁹ E esta situação fica ainda mais evidente quando se pensa na série de idas e vindas que marcaram historicamente a popularização da categoria “trabalhador rural”. De fato, caso se quisesse recontar o processo de consolidação do seu uso, logo se perceberia a dificuldade de se separar,

De outra parte, a fluidez polissêmica das “ruralidades” e a cotidiana reinvenção e ressignificação de um “rural” fazem com que seu uso nas ciências sociais seja decodificado de acordo com possibilidades compreensivas e apropriações diferenciadas em termos de força designativa e de poder monopolizador de idéias. Por exemplo, quando um sociólogo rural integra algum programa governamental que visa propor e executar, explicitamente, políticas públicas para um “rural”, suas asserções tenderão a ter um efeito de difusão social maior do que eventuais afirmações feitas por aquele pesquisador que permanece atuando – em termos profissionais – apenas dentro de ambientes estritamente acadêmicos. Especialmente no primeiro caso, há uma sobreposição de interfaces entre redes sociais construídas por sociólogos rurais que se debruçam ou que recortam, como problema de pesquisa, um universo empírico ligado às “ruralidades” e as instâncias mais operacionais vinculadas, por exemplo, à implementação de políticas públicas e aos órgãos governamentais e não governamentais. Além disso, há situações em que a trajetória destes pesquisadores se confunde ou tende a aproximá-los de movimentos, organizações e grupos sociais que se identificam com um “rural”. Porém, repare-se que, embora mantenham níveis de influência diferenciados, em ambos os casos tanto um como outro estão metidos em processos que envolvem algum tipo de interferência (visível ou não) na produção de significados sobre um “rural” e as “ruralidades”, bem como na

precisamente, onde começaria ou terminaria o papel e a atuação dos próprios trabalhadores rurais, de suas organizações, de instituições governamentais, de outros mediadores sociais (como parte da igreja católica), mas, também, de muitos cientistas sociais e, particularmente, de sociólogos rurais. Neste caso, a categoria “trabalhador rural” encontra-se já amalgamada – ora confundindo-se ora distanciando-se – no fazer cotidiano de cada um destes agentes sociais.

Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas...

forma como estes significados se objetivam através de práticas sociais concretas.

Mesmo que a introdução de noções sociológicas sobre um “rural” ou a reivindicação de conhecimentos sobre “ruralidades” não sejam processos que possam vir a ser imediatamente canalizados, nem por aqueles que os propõem, nem por grupos sociais diversos ou agências governamentais, como adverte novamente Giddens (1991: 24), “ainda assim, o impacto prático das teorias sociológicas e da ciência social é enorme, e os conceitos e descobertas sociológicas estão constitutivamente envolvidos no que a modernidade é”. Conseqüentemente, o esforço contínuo dos sociólogos rurais em delimitar e interpretar um “rural”, “os rurais”, “atividades rurais” ou “novas ruralidades” como objeto de estudo encontra-se intimamente vinculado ao processo de ressignificação destes últimos em contextos mais amplos que o do fazer científico. Em outras palavras, além dos espaços de legitimação de conhecimentos construídos por dentro do campo científico, uma parte considerável daqueles agentes que teriam a pretensão de interpretar “fenômenos rurais” poderá estar buscando, eventualmente, se inserir em outras esferas de reconhecimento social para seus saberes. No entanto, ao apresentarem uma leitura sobre “questões rurais”, em alguma medida estes agentes estarão interferindo na transformação destas mesmas questões as quais se esforçaram tanto em explicar e entender. Ou será que alguém imagina que as realidades e os fenômenos estudados por sociólogos rurais teriam seguido os mesmos caminhos sem sua existência nas sociedades contemporâneas?

“Ruralidades” no fazer dos cientistas sociais, cientistas sociais no fazer “ruralidades”

Como se sabe, diferentes combinações entre “rural” e “urbano” já foram tentadas, podendo ser facilmente encontradas na vasta

bibliografia hoje disponível sobre esta temática. Neste caso, as significações que porventura estejam sendo dadas encontram-se cerradamente entrelaçadas segundo contextos históricos específicos, mas, também, segundo possibilidades interpretativas (por exemplo, em termos de uso e construção de teorias, conceitos e metodologias) disponíveis aos cientistas sociais. Ocorre que, como o termo “rural”, para além do seu caráter substantivo, funciona igualmente como forma de adjetivação, ou seja, como uma palavra que modifica o substantivo que a precede (o meio, a atividade, a população, o modo de vida etc.) indicando alguma qualidade, caráter ou estado (as “ruralidades”), parece evidente que, também entre sociólogos rurais, a eventual atribuição de sentidos não ocorrerá em um espaço neutro e vazio de interesses, aspirações, anseios, enfim, subjetividades.

Este aspecto fica visível quando se pensa na influência que, eventualmente, diferentes trajetórias sociais percorridas por sociólogos rurais podem ter nos processos de escolha de seus “objetos de pesquisa”. Mesmo arriscando apresentar aqui um exemplo um tanto problemático (pois poderia ser entendido como uma forma de “determinismo social”), poder-se-ia indagar, a título de provocação, até que ponto um sociólogo rural, filho de retirantes nordestinos e que viveu boa parte da sua vida em um ambiente de *favela* tenderia a ter um olhar acadêmico semelhante ao de outro sociólogo cujos pais puderam lhe proporcionar condições econômicas mais favoráveis e cujas experiências estiveram sempre vinculadas à vivência no *asfalto*? Mesmo que se possa argumentar que, no que tange às suas atuações como sociólogos (ou, mais precisamente, às suas possibilidades hermenêuticas-heurísticas), a importância destas diferenças em termos de vivências pessoais seria atenuada pelo ambiente agnóstico, estóico e asséptico da academia, até que ponto seria possível, para ambos, simplesmente eliminá-las do seu imaginário?

Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas...

Como se tentou demonstrar até aqui, as categorias “rural” e “urbano” não se encontram isentas de juízos de valor, de algum tipo de *a priori*, de uma certa dose de arbitrariedade conferida pela posição social ocupada por aquele que dela faz uso, pelo discurso que a precede e que se acha, por sua vez, nela incorporado e, igualmente, pelas possibilidades cognitivo-interpretativas dos interlocutores envolvidos. Neste sentido, supostos vieses teórico-metodológicos de trabalhos que fazem uso da categoria “rural” precisariam ser interpretados também segundo contextos históricos, condições socioculturais, possibilidades econômicas e lugares políticos próprios de seus produtores. Afinal, todo cientista social tem um passado, aspirações, interesses, sentimentos, preconceitos, fraquezas e tantas outras especificidades bem humanas que o texto acadêmico acaba encobrindo. Se, como afirma Wanderley (2000: 90), “o reconhecimento e a delimitação do espaço rural variam de país para país, em função das formas efetivas de ocupação territorial, da evolução histórica e das concepções predominantes em cada um deles”, esta delimitação precisou ser feita por um agente concreto. Quer dizer, Wanderley não é somente o termo usado para designar um autor renomado no campo das “ruralidades”, visto que representa alguém, uma pessoa, ou seja, subentende a participação de um agente social como qualquer outro na produção destas “ruralidades”.

Se pensarmos nestes termos, a maneira como se deu e se dará no futuro este mesmo reconhecimento e delimitação de que fala a autora não exclui a contribuição de um número expressivo de cientistas sociais. Afinal, as interpretações daqueles que, no campo das ciências sociais, terminaram por se tornar especialistas em “ruralidades”, ao mesmo tempo que contribuem para que representações e práticas sociais se efetivem concretamente, constituem-se, igualmente, em resultado destas mesmas representações. Se se pode afirmar que suas produções científicas

incidem, de algum modo, sobre as realidades empíricas por eles observadas, a dinâmica inconstante e mutável destas últimas também interfere alterando tanto seus interesses “acadêmicos”, suas preferências temáticas, quanto suas capacidades cognitivas. O que significa dizer que, se transformações concretas puderam ser percebidas por estes cientistas sociais, o seu fazer cotidiano também fará parte destas mudanças e, obviamente, constitui-se em um potencial “objeto” a ser pesquisado. Neste duplo movimento, transformações sociais “rurais” também atuam sobre o conjunto de seus processos mentais os quais, em última instância, são o que lhes permite fazer um reconhecimento, uma classificação, uma teorização ou um recorte de objetos de estudo ou problemas de pesquisa que mereceriam ser investigados, e não de outros.

Como no caso do uso de outras expressões semelhantes (embora etimologicamente diferentes) adotadas nas ciências sociais – tais como “mercado”, “indústria”, “raça/etnia”, “família”, “parentesco”, “sustentabilidade”, “local”, “região”, “globalização” e muitos outros –, “rural” e “urbano” também podem ser entendidos como conceitos que “foram formulados no sentido de analisar mudanças envolvidas na emergência das instituições modernas. Mas eles não podiam permanecer, e realmente não permaneceram, separados das atividades e eventos aos quais se relacionavam” (Giddens, 1991: 47). Em suma, ambas as categorias tornaram-se parte integrante do cotidiano e da vida tanto das pessoas em geral como dos sociólogos rurais. Um economista, ao pretender falar sobre o “mercado” – tentando, por exemplo, explicar seu funcionamento –, precisará, para tanto, utilizar o próprio termo “mercado”, o que implica dar-lhe algum significado implícito ou explícito; da mesma forma, um antropólogo, ao desejar entender as “relações de parentesco” em uma comunidade ou grupo social, necessitará, ao menos, refletir sobre o significado que os nativos estariam dando a estas mesmas

Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas...

“relações de parentesco”, ou melhor, sobre o que eles entendem por “parentesco”, o que implica, por sua vez, algum tipo de tradução. Ora, também um sociólogo rural, quando pretende tratar temas “rurais”, precisará aceitar o fato de que esta é uma categoria de uso comum – tanto para leigos, economistas, antropólogos e historiadores, como para sociólogos – cujos sentidos, queria ele ou não, ajudaram a colonizar suas construções analíticas, bem como argumentos que, porventura, venham a estar embasando suas reflexões.

Referências bibliográficas

- Alexander, Pierre. O novo movimento teórico. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, n. 4, vol. 2, jun. 1987.
- Bertalanffy, L. *Teoria general de los sistemas*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.
- Bourdieu, Pierre. *Meditações pascalinas*. Oeiras: Celta Editora, 1998.
- Carneiro, Maria José. Apresentação. In.: Moreira, Roberto José (org.). *Identities sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- _____. Ruralidades na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica. Seminário Internacional “El mundo rural: transformaciones y perspectivas à luz de la nueva ruralidade”. Bogotá, out., 2003.
- Corcuff, Philippe. *As novas sociologias: construções da realidade social*. Bauru/São Paulo: Edusc, 2001.
- De Paula, Silvana. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida country no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 17, out., 2001, p. 33-53.
- De Santis, Pablo. *O calígrafo de Voltaire*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.
- Gerhardt, Cleyton et al. *Caracterização do meio rural do município de Maquiné – RS: subsídios para um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, 2000.
- Giddens, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo:

- Ed. da Unesp, 1991.
- Graziano da Silva, José. O novo rural brasileiro. Campinas: Unicamp/ Instituto de Economia, 1999 (Coleção pesquisas 1).
- Guivant, Júlia S. Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável. Cadernos de Ciência e Tecnologia. Brasília: Embrapa, v. 14, n. 3, set/dez, 1997, p. 411-448.
- Irwin, Alain. Sociology and environment. A critical introduction to society, nature e knowledge. Londres: Polity Press, 2001.
- Latour, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. da Unesp, 2000.
- Martins, José de Souza. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. O futuro da sociologia rural. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro, n. 15, out., 2000, p. 5-12.
- Moreira, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação In.: Moreira, Roberto José (org.). Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- Mormont, Marc. Vers une redefinition du rural. Recherches Sociologiques, vol. XX, n. 3, 1989.
- Pahl, R. E. The rural-urban continuum. Sociologia Ruralis, vol. VI, n. 3-4, 1966.
- Projeto Rurbano (apresentação). Unicamp: Instituto de Economia. www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/divulg/novorural.html (acessado em 5/10/2005).
- Rémy, Jean. Pour une sociologie du rural ou le statut de l'espace dans la formation des acteurs sociaux. Recherches Sociologiques, vol. XX, n. 3, 1989.
- Santos, Z. A. P. de S.; Souza, M. C. M.; Carrieri, A. P. Pesquisa em sistema de produção: uma revisão. Agricultura em São Paulo, 41(2): 127-139, 1994.
- Sardan, Oliver de. De l'amalgame entre analyse-système, recherche participative et recherche-action, et quelques problèmes autour de chacun de ces termes. Simpósio Internacional Recherche-Système en Agriculture et Développement Rural. Montpellier/França, 1994, p. 129-140.

Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas...

- Sarraceno, Elena. O conceito de ruralidade: problemas de definição em escala européia. Roma: Unine: CRES. Tradução de Ângela Kageyama (datilo), 1996.
- Solari, Aldo B. Que és Sociologia Rural. In: Sociologia Rural Latino Americana. Buenos Aires: Paidós, 1968.
- Sorokin, P. A.; Zimmerman, C. C.; Galpin, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: Martins, J. S. Introdução crítica à sociologia rural. São Paulo: Hucitec, 1986.
- Veiga, José Eli da. Cidades imaginárias: o Brasil é menos rural do que se calcula. Campinas/São Paulo: Autores associados, 2002.
- Vianna, Hermano. O mistério do samba. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- Wanderley, Maria de N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. Estudos Sociedade e Agricultura. Rio de Janeiro: vol. 87-145, n. 15, out., 2000.

GERHARDT, Cleyton H. Etnocentrismo e ambivalência nas interpretações sociológicas das “novas” ruralidades - entre o instrumental e o analítico. *Estudos Sociedade e Agricultura*, outubro 2005, vol 13 no. 2, p. 190-229. ISSN 1413-0580.

Resumo. Nas ciências sociais, a categoria rural tende a ser utilizada ora como instrumento de análise, ora como forma de operacionalizar conceitos, propor ações ou apresentar sugestões normativas. Com base nesta característica, parte-se da hipótese de que pesquisas produzidas neste campo temático não poderão deixar de seguir este caráter ambivalente. Mesmo que sinais valorativos sejam invertidos (o atrasado virando moderno) ou, ainda, que se desloque o foco (para a agricultura, desenvolvimento rural, multifuncionalidade, neo-rurais etc.), o que seria visto como novas ruralidades não deixaria de ser influenciado por esta dupla hermenêutica analítico-operacional. Este trabalho problematiza algumas implicações desta situação.

Palavras-chave: ruralidades; rural-urbano; análise crítica.

Abstract. (*Ethnocentrism and Ambivalence in Sociological Interpretations of New Ruralities – between the Instrumental and the Analytical*). In the social sciences, rural is a category which tends to be used interchangeably as an instrument of analysis and as a way to operationalize concepts, propose forms of actions or to present normative suggestions. Based on in this characteristic, we start from the hypothesis that research produced in this thematic field cannot but follow this ambivalent feature. Even when value signs are inverted (the backward becoming modern) or when there is a change of focus (for agriculture, rural development, multifunctionality, neo-rural), what would be seen as new ruralities are not immune to the influences of this dual new analytical-operational hermeneutic. This article draws out some of the implications of this situation.

Key words: ruralities; rural-urban; critical analysis.